

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 35.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 103ª (CENTÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) da 103ª (centésima terceira) emissão de certificados de recebíveis do Agronegócio ("CRA") da **Canal Companhia de Securitização ("Emissora")**, nos termos da Cláusula 1.4 e seguintes do "Termo de Securitização da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Série da 103ª (centésima terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais devidas pela *Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda.*", celebrado em 19 de junho de 2024, conforme aditado em 2 de abril de 2025 ("Termo de Securitização"), a se reunirem em **10 de novembro de 2025, às 15:00h**, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia especial de Titulares do CRA ("Assembleia Especial"), examinar e discutir sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1.1, item (g) do "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Duas Séries, com Garantia Real e Fiduciária, de Distribuição Privada, da Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda.", celebrado em 19 de junho de 2024, conforme aditado em 2 de abril de 2025 ("Termo de Emissão"), em razão do inadimplemento, por parte da Devedora, da obrigação de recomposição do Fundo de Reserva até o Valor Mínimo do Fundo de Reserva, conforme disposto na Cláusula 6.18.2, do Termo de Emissão e Cláusula 9.1.2, do Termo de Securitização; (ii) Caso aprovado o item (i) acima, a Devedora deverá aportar para a recomposição do Fundo de Reserva os seguintes valores, observados os respectivos prazos a seguir: (a) por até (cinco) dias úteis, contados da formalização da Assembleia, o valor de R\$ 1.417.000,00 (um milhão, quatrocentos e dezessete mil reais); até 25 de novembro de 2025; e (c) R\$ 1.275.000,00 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil reais) até 23 de dezembro de 2025; (iii) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.1.2, item (e), do Termo de Emissão, em razão da verificação, pela Securitizadora, da existência de protestos em nome da Devedora, com data superior a 30 (trinta) dias e cujo valor consolidado ultrapassa o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); (iv) Caso aprovado o item (iii) acima, conceder prazo adicional de 30 (trinta) dias úteis, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora tome as medidas necessárias para exclusão dos protestos que estejam em desacordo com a Cláusula 8.1.2, item (e), do Termo de Emissão; (v) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.1.2, item (f), do Termo de Emissão, em razão da verificação, pela Securitizadora, da existência de processos judiciais relevantes em trâmite contra a Devedora, dentre os quais se destacam: (i) Processo nº 0004675-86-2025.8.16.1070; (ii) Processo nº 10081548-2025.8.6.0229; e (iii) Processo nº 109551-53.2025.8.26.0106; (vi) Caso aprovado o item (v) acima, conceder prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora encaminhe os devidos esclarecimentos acerca da existência dos processos judiciais; (vii) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.1.2, item (a), do Termo de Emissão, em razão do descumprimento, pela Devedora, da obrigação de não pecuniária da Devedora, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária da Devedora, do contrato registrado no período encerrado em 30 de junho de 2024 e aos períodos subsequentes, conforme disposto na Cláusula 9.1, item (h), do referido instrumento; (viii) Caso aprovado o item (vii) acima, conceder prazo adicional de 10 (dez) dias úteis, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora encaminhe os respectivos relatórios trimestrais; (ix) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, item (a), do Termo de Emissão, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de envio pela Devedora, à Securitizadora, das respectivas demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, cujo prazo findo em 30 de abril de 2025, conforme exposto na Cláusula 9.1, item (i), alínea (i) do mesmo instrumento. Fica consignado, ainda, que o cálculo do Índice Financeiro, apurado pela Devedora, somente será verificado e validado pela Securitizadora após o recebimento e análise das referidas demonstrações financeiras auditadas; (x) Caso aprovado o item (ix) acima, conceder prazo adicional 30 (trinta) dias, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora apresente as respectivas demonstrações financeiras auditadas; (xi) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, item (a), do Termo de Emissão, em razão do descumprimento, pela Devedora, de obrigações não pecuniárias assumidas no âmbito do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Estoques em Garantia, *Sol Condiciona Resolutiva, e Outras Áreas*" ("Alienação Fiduciária de Estoques") e do "Contrato de Cessão Fiduciária de Estoques em Garantia", celebrado em 14 de maio de 2024, em razão do descumprimento, pela Devedora, da obrigação de não pecuniária da Devedora, na data da formalização da Alienação Fiduciária de Estoques, no valor mínimo de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) em bens móveis a título de estoque em garantia; (xii) Não cessão, até 31 de agosto de 2025, de novos direitos creditários elegíveis que atendessem integralmente aos critérios de elegibilidade previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais); (c) não cessão, até 30 de setembro de 2025, de novos direitos creditários elegíveis no valor de R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais); e (d) não cessão, até 31 de outubro de 2025, de novos direitos creditários elegíveis no valor de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais). As obrigações acima encontram fundamento nas Cláusulas 2.1.1, itens (i) a (iv), e 2.2 da Alienação Fiduciária de Estoques, bem como nas Cláusulas 4.1.6.2, itens (i) a (iv), e 4.1.6.3 do Termo de Emissão; (xiii) Caso aprovado o item (xi) acima, a Devedora deverá apresentar os novos direitos creditários que atendam integralmente aos critérios de elegibilidade previstos no Termo de Emissão e os bens móveis a título de estoque em garantia que atendam as condições previstas na Alienação Fiduciária de Estoques, para constituição das respectivas garantias, de acordo com os seguintes valores e prazos: (a) apresentação dos bens móveis para constituição da Alienação Fiduciária de Estoques, no valor mínimo de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) em até 05 (cinco) dias úteis, contados da formalização da Assembleia; (b) cessão fiduciária de novos direitos creditários no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em até 05 (cinco) dias úteis, contados da formalização da Assembleia; (c) cessão fiduciária de novos direitos creditários no valor de R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais), até 25 de novembro de 2025; e (d) cessão fiduciária de novos direitos creditários no valor de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) até 23 de dezembro de 2025; (xiv) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, item (a), do Termo de Emissão, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária da Devedora, em apresentar à Securitizadora, o registro do contrato da Alienação Fiduciária de Estoques, conforme previsto nas Cláusulas 1.4, e 1.4.1, da Alienação Fiduciária de Estoques; (xv) Caso aprovado o item (xiii) acima, conceder prazo adicional 10 (dez) dias úteis contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora apresente o contrato registrado; (xvi) Autorizar à Securitizadora em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticar todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima. Fica consignado ainda, que, caso a Devedora descumpra quaisquer obrigações assumidas no âmbito da presente Assembleia, restará configurado o respectivo Evento de Vencimento Antecipado Não Automático que seja objeto de descumprimento por parte da Devedora.

Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Especial serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial de Titulares do CRA, em primeira convocação, no mínimo, a partir das 14h00 (quatorze horas) mais um dia útil, contados da data da Assembleia Especial, com o seguinte quórum: (i) para a primeira convocação, o quórum será de 1/4 (um quarto) do Termo de Securitização. Os titulares do CRA deverão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: atendimento@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares do CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso o de Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, ("Estruturadora"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularização. Os titulares do CRA poderão, ainda, comparecer pessoalmente à Assembleia Especial, para, pessoalmente, realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Especial, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRA, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário e da Securitizadora. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo - SP, 18 de outubro de 2025.

Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização - Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização